



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA

Departamento: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Indianópolis-PR

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Formação continuada a ser ofertada aos professores deste município vinculados ao departamento de Educação, nos termos da tabela em anexo.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de até 4 (quatro) dias, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 49.500,00 (*quarenta e nove mil e quinhentos reais*), conforme custos unitários apostos *na tabela em anexo*.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).

2.1 A contratação é necessária para poder trazer qualificação e aperfeiçoamento aos professores e educadoras infantis do município de Indianópolis - Paraná.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)

3.1. *A contratação de Curso para Professores e Educadoras Infantis do Município de Indianópolis, da Escola Municipal Izolda Rizatto Liuti e Centro Municipal de Educação Infantil Curumim.*



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

ITEM	DESCRIÇÃO	Total de Horas
01	Ensino Fundamental: “Língua Portuguesa – estruturação, Leitura e gêneros textuais” Contratar Professor com vasta experiência na área da educação e formação continuada, para acompanhar, capacitar e realizar consultoria aos coordenadores pedagógicos da secretaria municipal de educação, equipes pedagógicas e professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino no que se refere à aquisição e o desenvolvimento das habilidades de leitura e produção textual escrita que estão invariavelmente atrelados ao trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º anos. Essas habilidades são previstas pelos documentos oficiais brasileiros emitidos pelo Ministério da Educação, mais especificamente pelos direcionamentos da Prova Brasil. Assim, seguir essas orientações é, certamente, determinar um trabalho eficaz que possibilite ao professor compreender como os processos de leitura e escrita se efetivam em constância na sala de aula, levando ao desenvolvimento do aluno leitor, um princípio necessário aos seus letramentos cotidianos. Dessa forma, subsidiados pela Linguística Aplicada e os estudos e as pesquisas efetuados sobre leitura e escrita, a partir dos pressupostos da Análise Dialógica do Discurso, sob a égide da Linguística Enunciativa, a proposta de trabalho para o ano de 2024 é continuar a compreensão de como os descritores da Prova Brasil se efetivam e se articulam em sala de aula junto aos conteúdos das disciplinas do currículo escolar, para levar o docente às práticas de produção de material didático que possam efetivar o trabalho de desenvolvimentos das habilidades de leitura e escrita junto aos alunos. Para tanto, serão trabalhados gêneros textuais de circulação de esferas como a escolar e as demais ampliações sociais a que os alunos têm contato diariamente. Nesse sentido, os gêneros textuais da tipologia narrativa são primazia, em função dos anos escolares atendidos. Outros gêneros, como o artigo enciclopédico, o artigo científico e os verbos visuais, como gráficos, tabelas e textos esquemáticos, são também contemplados. Todo esse trabalho envereda para as formas de ler esses enunciados, juntamente com as abordagens de trabalhos possíveis a eles, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos elencados, que subsidiam também as práticas em sala de aula. Para isso, são produzidos exercícios que levem o aluno a trabalhar não somente a leitura, como também seus aspectos discursivos, textuais e gramaticais, num todo necessário à apropriação da língua portuguesa escrita. Por fim, o trabalho efetiva-se por demais na transformação do corpo docente do município, levando-o a aprender a produzir material didático, não somente a reproduzir e aplicar esse material.	66 horas



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

02	Encontros Técnicos com os Professores do Ensino Fundamental objetivam formar e desenvolver professores e alunos como usuários eficazes da língua portuguesa sob a perspectiva da teoria histórico-cultural. Formação Profissional: O facilitador deverá ser licenciado em Letras, Mestre em Letras – área de linguística, Doutor em Letras. Educação Infantil “Desenvolvimento e Aprendizagem na Educação Infantil” A importância de reflexões acerca do fazer pedagógico na educação infantil é fundamental para a otimização da qualidade de ensino, pois, o referido nível de ensino é a base para todos os níveis subsequentes. Como base do ensino posterior, a educação infantil ocupa espaço privilegiado para contemplar o lúdico e as principais faixas etárias de aquisição de funções psíquicas superiores, bem como, o trabalho preventivo em relação às dificuldades de aprendizagem e de desenvolvimento. Com a realização desses módulos técnicos objetivamos promover Consultoria e realizar e Formação continuada com capacitação para coordenação pedagógica da secretaria municipal de educação, professores da educação infantil e equipe pedagógica das escolas municipais, coordenadores setoriais, educadores infantis e auxiliares de educadores infantis dos centros municipais de educação infantil propondo uma reflexão aos professores sobre a infância e a contemporaneidade e a função da educação infantil quanto ao cuidar e educar; discutindo as funções psíquicas superiores e sua estimulação e desenvolvimento da educação infantil e trabalhando com a importância da corporeidade e da ludicidade na infância como canais fundamentais de aprendizagem; fazendo o encaminhamento teórico-metodológico dos processos de ensino e aprendizagem na educação infantil, sob a perspectiva da teoria histórico-cultural. Objetiva relacionar o desenvolvimento das atividades pertinentes a cada idade/etapa da criança. Como conteúdos principais, destacamos: função da educação infantil; desenvolvimento da linguagem na construção da identidade; cuidar- brincar-educar; o processo de socialização e desenvolvimento na educação infantil; estratégias de colaboração para o aprendizado de acordo com cada etapa de desenvolvimento. Orientações para a produção de uma Proposta Pedagógica Coletiva. Direcionar a Produção de Portfólios como forma de diagnosticar e fazer intervenções do processo de ensino-aprendizagem para garantir às crianças um espaço de escuta e de aprendizagens lúdicas por meio de suas diferentes linguagens no cotidiano da escola infantil. Formação Profissional: O facilitador deverá ser licenciado em Letras ou Pedagogia, Mestre em Educação – área da Educação Infantil, Doutor em Educação.	66 horas
----	--	----------



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

4.1. O prazo de entrega 15 (QUINZE) dias.

5. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.1. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

5.1.1. *Materiais didáticos sobre o tema;*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 6.1.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

- 6.1.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 6.1.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
- 6.1.8 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.1.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.1.10 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.1.11 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.1.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 6.1.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 6.1.14 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

- 6.1.15 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.1.16 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. DO RECEBIMENTO

- 6.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (QUINZE) dias, contado da execução dos serviços, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 6.2.2. executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 6.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.2.4. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.2.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções quando exigíveis.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

- 6.2.6. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 6.2.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser-corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.2.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 6.2.10. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 6.2.11. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 6.2.12. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 6.2.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

- 6.2.14. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.
- 6.2.15. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.
- 6.2.16. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 6.2.17. *Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 6.2.18. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 6.2.19. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa, com fundamento na hipótese do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

7.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.5. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8. Habilitação Jurídica:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

OU

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

OU

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

OU

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

OU



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Indianópolis-PR, especificamente do Poder Legislativo.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 1

Fonte de Recursos: 103 e 104

Programa de Trabalho: 09.003.12.361.0011.2039

09.003.12.365.0011.2040

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE INDIANÓPOLIS

Av. Santos Dumont, 131 – Centro – CEP 87.235-000 Fone (44) 3674-1310

CNPJ 75.798.355/0001-77 - E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura Indianópolis, Estado do Paraná, 20 de agosto de 2024.

Rosiani Montoia

Secretária Municipal de Educação e Cultura